

**VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo**  
**III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo**  
**I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**

**Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei**  
24, 25 e 26 de setembro de 2014  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

**Economia Solidária: uma proposta de resgate da cidadania pela interação entre  
sociedade, trabalho e meio-ambiente**

Cristina Helena Pinto de Mello<sup>1</sup>

Márcia Mello Costa De Liberal<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo geral analisar ações efetivas que trabalhem a Economia Solidária no município de Barreiras-BA e região, observando os resultados das mesmas com vistas ao desenvolvimento local. O trabalho foi estruturado com base na apresentação conceitual do contexto no qual surge a Economia Solidária com seu início, nomeadamente, na Europa, e sua chegada e desenvolvimento no Brasil, em conjunto com moderna teoria da Nova Sociologia Econômica. Em seguida, busca-se destacar o processo de introdução da Economia Solidária no Estado da Bahia, a partir do desenvolvimento de projetos e de entidades que dão suporte para o crescimento e para o aprimoramento das ações no setor dentro do estado, para, na sequência, apresentar o estudo de caso realizado no povoado da Ilha do Vitor, localizado no município de São Desidério-BA. A pesquisa foi desenvolvida na associação das artesãs locais que trabalham com o capim dourado na produção de peças artesanais. O estudo abrange o histórico da organização e a sua importância para o desenvolvimento pessoal das famílias das artesãs, da população local e regional com o fortalecimento da agricultura familiar. Nas considerações finais são enfatizados os resultados obtidos com a pesquisa.

**Palavras-chaves:** Artesanato; Desenvolvimento Ambiental; Economia Solidária.

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia; Docente e Pesquisadora da ESPM e da PUC-SP; e-mail: chmellop@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações; Docente e Pesquisadora da Unifesp; e-mail: deliberal@uol.com.br.

## 1. Introdução

Em razão da importância fundamental de rever os conceitos tradicionais e auto-reguláveis da economia à luz dos conceitos da Nova Sociologia Econômica, tendo em vista a dinâmica das relações de produção, de reciprocidade e de redistribuição, essa proposta de estudo vem ao encontro dos desafios de século XXI em termos da busca de novas formas de organização da produção e de composição de parcerias que trazem como marca o aproveitamento das riquezas regionais, tendo como lócus operacional o próprio espaço habitacional em sintonia com as necessidades de preservação e de sustentabilidade do meio-ambiente.

No contexto atual brasileiro - que vem registrando queda nas taxas de desemprego acompanhada de aumento na precarização das condições dos trabalhadores - encontra-se inserido o conceito da *Economia Solidária*, que, por intermédio de movimentos inéditos de oportunidades de trabalho, revela-se uma alternativa viável de organização produtiva, realizada de forma coletiva e democrática, por parcerias entre os trabalhadores e as iniciativas do poder público e do universo corporativo dispostas a investir na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde atuam ou exercem influências.

Vale destacar que essa prática não se restringe apenas à dimensão econômica, uma vez que instaura a inclusão de novas relações sociais, baseadas em valores como a solidariedade e a cooperação, capazes de inserir o indivíduo na sociedade de forma mais engajada em razão das articulações inovadoras e libertadoras que agregam valores ao conceito de cidadania.

Por esse motivo, o estudo no campo acadêmico dos alcances da *Economia Solidária* torna-se altamente relevante pela sua capacidade de abrangência e de aplicação, considerando que os laços efetivamente originados por esse tipo de organização em grupos trazem em sua essência uma forma inédita de atuação econômica. Nesse aspecto, os exemplos dessa nova estrutura de empreendimentos autogeridos podem reduzir a miséria, além de e tirar da pobreza e do desemprego as populações social e economicamente excluídas, tendo em vista o reconhecimento e o resgate da cidadania.

Deve-se ressaltar, também, que essa prática não se limita à visão econômica de geração de trabalho e renda, pois engloba outras dimensões nas esferas sociais que se encontram relacionadas ao ecossistema, bem como às características culturais de cada região. Dessa forma, o conceito de Economia Solidária enfatiza a primazia do desejo primordial da economia social na sua origem de evitar o abismo entre o econômico, o social e o político, fazendo do tripé formado por essas dimensões o suporte básico da sua aplicação prática. Para

muitos autores, esse nome busca designar a originalidade dessas iniciativas da sociedade civil que não conseguem ser enquadradas nas legislações das cooperativas e das associações já constituídas no decorrer da história. Porém, mais do que uma saída, essa expressão surgiu como uma maneira de identificar e de problematizar as práticas sociais implementadas em nível localizado.

Assim sendo, a *Economia Solidária* caracteriza-se por apresentar uma gestão econômica democrática e, conseqüentemente, igualitária entre os participantes de uma empreitada. Isso significa que todos aqueles que nelas atuam são, pelo menos na teoria, igualmente donos do negócio. Com o foco voltado para um modelo interação voltado para a partilha e para a igualdade, visando o bem comum auto-gerido e não mais para o capital em si, esta temática surge como uma perspectiva inusitada para uma sociedade em situação em tempos vulneráveis de globalização e responsável pelo aumento do nível de desemprego.

Diante de tudo o que foi mencionado, essa proposta de elaboração de um artigo acadêmico justifica-se pela necessidade crescente de disseminar o conceito da *Economia Solidária* no Brasil. Para isso, além da pesquisa bibliográfica sobre a Nova Sociologia Econômica, a metodologia a ser utilizada também pretende contemplar um estudo de caso, com a finalidade de avaliar a prática efetiva dos conceitos que validam o tema proposto. O trabalho, também, buscou contribuir para se repensar, para aprimorar os modelos de ação e de gestão locais, fornecendo pistas e sugestões para os dirigentes e diferentes atores sociais, ou seja, visando à operacionalização de novas competências nesta área.

Por essa razão, a prática efetiva dos conceitos que validam o tema tratado tende a integrar as pessoas ao mercado inserindo-as novamente por meio do processo produtivo para que tenham a oportunidade de melhorar suas condições e, principalmente, para que possam transformar o meio de forma efetiva, alcançando fixação onde vivem e dali possam, pela colaboração coletiva e solidária, construir um modelo novo de interação com foco na partilha e na igualdade visando o bem comum autogerido entre todos os participantes inseridos dentro do processo. Essa concepção de mercado não fica presa somente à visão econômica de geração de trabalho e renda, uma vez que, abrangem as dimensões sociais, políticas, econômicas, ecológicas e culturais. Com isso, torna viável a construção de um ambiente social mais justo, sustentável, reafirmando o indivíduo como agente central da construção de sua própria identidade.

## 2. O Conceito de Economia Solidária

Após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang (1999), houve separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado. Entretanto, este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 1970 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências o desemprego e o fechamento de empresas, além de criar um quadro dramático para a classe trabalhadora.

De 1977 até 1984, surgiu uma série de iniciativas para salvar ou para criar empregos por meio de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 1985, foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa. Por outro lado, os numerosos movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma era e da entrada na pós-modernidade, levou à produção de novas perspectivas utópicas compostas pelo conceito de comunidade, pela conscientização ecológica, pela solidariedade e pela atuação voluntária.

A partir dessa visão emergente de economia social, surgiu na década de 1980, uma nova abordagem teórica a seu respeito na Europa, na América do Norte e, também, na América Latina, em especial no Chile. Vários pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com esta possibilidade de realização econômica, formularam teorias inéditas para estudar esse contexto inusitado. No decorrer da década de 1970, uma série de economistas norte-americanos e do mundo inteiro, passou pela escola de Cornell, nos Estados Unidos, onde tudo começou. Eles ficaram impressionados não apenas pelo movimento operário que transformava as empresas falidas em empresas autogeridas, mas também pela formação de um grande número de cooperativas de trabalho.

Quanto à definição atual da Economia Social, é possível afirmar que

ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (GUÉLIN, 1998, p. 13).

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de Economia Solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer, uma vez que visa muito mais problematizar práticas sociais implementadas em nível local.

A corrente mais recente que apóia essa iniciativa denomina-se Nova Sociologia Econômica (NSE) e procura integrar as teorias sociológicas e econômicas, diferenciando-se das outras correntes de pensamento das Ciências Sociais por priorizar tanto a dimensão histórica quanto os estudos empíricos e, simultaneamente, fornecer argumentos críticos consistentes com relação à teoria neoclássica. Portanto, a NSE tem como base a premissa de que economia e sociedade encontram-se enraizadas de forma mútua e busca discutir a urgência em desenvolver instrumentos e mecanismos para a mensuração do nível de expectativas da sociedade quanto à qualidade ambiental.

No Brasil, para a Economia Solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão pode ser considerada de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de Economia Solidária ficou, por décadas, imerso e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disso é a polêmica que existe sobre o atributo popular acrescido à Economia Solidária ou ao Cooperativismo, denominados de economia popular solidária ou cooperativismo popular.

Nesse sentido, a Economia Solidária (ES) tem origens com delimitações tênues, mas tem sido debatida no Brasil e na literatura francófona com essa denominação desde a década de 1990. Na França, o conceito é elaborado principalmente a partir das pesquisas desenvolvidas no Crida (*Centre de Recherche e d'information sur la Démocratie et l'Autonomie*) sob a orientação de Jean Louis Laville, que procura entender o fenômeno de proliferação de iniciativas socioeconômicas diversas. De acordo com (PINTO, 2006), no contexto europeu, a Economia Solidária surge como contraponto à noção de Economia Social, afirmando a necessidade de autonomia e a dimensão política das estratégias econômicas de inserção social.

Já, no caso do Brasil, a introdução do termo é atribuída a Paul Singer, inicialmente no artigo 'Economia Solidária contra o desemprego' publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 11 de

julho de 1996. Porém, o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil, em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Moacir Gadotti. Vale ressaltar que, esse conceito foi criado por acadêmicos, sendo reconhecido majoritariamente entre profissionais da Academia, organizações consideradas pertencentes ao Terceiro Setor (tais como organizações não-governamentais – ONGs) e no contexto da gestão pública.

Vale lembrar que, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003 pelo Estado brasileiro, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), para ser a grande responsável pelas políticas públicas relacionadas a essa nova forma de atuação econômica em âmbito federal. De acordo com essa instância governamental, com base nos dados acrescidos à versão mais recente do Atlas da Economia Solidária e coletados em um mapeamento realizado em todo o Brasil, já se contabilizam mais de 21 mil organizações de Economia Solidária.

Apesar da expansão, ainda existe uma grande distância entre a Economia Solidária, como classificação atribuída por acadêmicos e/ou por entidades estatais e, o reconhecimento efetivo como parte deste movimento pelos membros das diversas associações e de cooperativas teoricamente ‘reconhecíveis’ como pertencentes a essa forma de atuação econômica. Portanto, é importante destacar o fato de que a ES deve ser tratada, concebida e operacionalizada de formas diversas, de acordo com cada ator social em questão. Ela também pode conciliar, simultaneamente, política pública, movimento social, tema de interesse econômico/financeiro e conceito acadêmico, entre outras concepções semelhantes.

Na visão de Gaiger (2002), a Economia Solidária, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Dessa forma, um dos conceitos que está intrinsecamente ligado à realização de um empreendimento solidário é o de desenvolvimento local. Com a tendência de aumento do rendimento do trabalho associado, há a busca por promover o desenvolvimento local dos aspectos econômico e social, sendo que este se define como o

[...] processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. (JESUS, apud CATTANI, 2003, p. 72).

A Economia Solidária pode ser compreendida como uma forma de organizar as atividades econômicas em contraste com a forma predominante capitalista, já que teoricamente possui uma gestão econômica democrática e, conseqüentemente, também de igualdade entre todos os participantes. Não sei como, mas, acho que poderíamos dizer que é possível resultar uma mudança na relação produção-consumo-consumismo? Ou seja, todos os que trabalham nelas são ao menos em teoria, igualmente proprietários do empreendimento. Se a literatura sobre ES considera que os membros dessas organizações lutam coletivamente em prol de formas mais humanas de trabalhar, se relacionar e viver, baseados em princípios diferentes daqueles da lógica capitalista, é fundamental observar que esses valores não devem ser compreendidos como dados perenes e imutáveis.

Assim sendo, é importante ressaltar que a Economia Solidária pode ser compreendida como um conceito, ou seja, um movimento que diz respeito a iniciativas coletivas que buscam, em contínua tensão, valores como a solidariedade, o igualitarismo e a autogestão, como bem diversos daqueles propostos pela estrutura capitalistas, mesmo que as expressões e os sentidos sejam amplos em suas múltiplas facetas. Nesse aspecto, a busca desses valores parece ser mais fundamental para a compreensão da ES do que o julgamento de sua suposta efetividade visível. Em outras palavras, seria interessante afirmar que talvez seja mais significativo não olhar exclusivamente para aquilo que é feito, mas principalmente para as maneiras como se faz.

Como não existe consenso sobre a conceituação e o tratamento da ES enquanto representante de iniciativas que vão de encontro à lógica capitalista, Santos e Rodriguez (2003), consideram que se trata de empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista, que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociedade não capitalistas. Por sua vez, Eugênia Motta (2004) traz uma contribuição por meio de pesquisas vivenciadas na Economia Solidária. Para ela, o que essa outra economia tem de original está justamente na maneira particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da igreja católica junto a comunidades, as propostas de emprego autogeridas e o cooperativismo.

Portanto, quando se fala em ES, não se pode refirir apenas a pessoas que desejam conquistar trabalho e renda por intermédio de cooperativas. Existem possibilidades de emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados e novas solidariedades, que podem agregar novos sentidos ao trabalho, à produção e ao consumo, incluindo as formas de pensar, de sentir e de viver em sociedade.

### **3. A Economia Solidária no Estado da Bahia**

Para a operacionalização das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, tem-se buscado a articulação entre entidades públicas e privadas. O processo inicial da construção do projeto contou com a participação de representantes do Fórum Metropolitano de Cooperativas Populares, da rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), da Fundação Banco do Brasil e de outras instâncias públicas em diversas reuniões do Comitê Propositivo.

Em 2003, numa iniciativa inédita em âmbito mundial e reconhecendo um conjunto de práticas já existentes no Brasil, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com o intuito de apoiar as ações relacionadas à prática dessas atividades. Quatro anos depois, na Bahia, no contexto de instalação de um governo estadual com um perfil democrático, popular e que valoriza os movimentos sociais, foi criada de forma inovadora a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

Além da formação, também é importante para o fortalecimento da Economia Solidária o trabalho de divulgação dessas entidades. As ações de comunicação têm o objetivo de difundir o conceito de Economia Solidária, propagar as ações do Governo do Estado e da Sesol, divulgar produtos e serviços dos empreendimentos solidários. A utilização das ferramentas de comunicação como instrumento efetivo de difusão dos princípios da Economia Solidária possibilita o fortalecimento do movimento e o acesso da sociedade aos empreendimentos, contribuindo assim para o incremento da renda.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Bahia Solidária têm o firme propósito de contribuir para a melhoria das condições de vida do enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras que lutam para construir, por meio do trabalho coletivo e solidário, uma forma digna e decente de viver. A política pública de Economia Solidária do estado, implementada pelo Programa Bahia Solidária, se volta não apenas para geração de trabalho e renda, mas também para o fortalecimento de uma forma alternativa de existir mais justa, fraterna e solidária. O caminho a percorrer ainda é longo, mas os resultados alcançados no decorrer da trajetória, bem como o grande contingente a ser trabalhado e a convicção no potencial da Economia Solidária, fornecem o oxigênio necessário.



A lei que cria a Política Estadual da Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária na Bahia foi publicada no Diário Oficial, após sanção do governador em exercício, Otto Alencar. Aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa, esta lei faz da Bahia o nono estado do país a contar com essa legislação específica. Segundo o advogado Igor Loureiro, especialista em direito cooperativo e associativo, a iniciativa consolida uma política pública que vem sendo realizada no estado com foco na Economia Solidária.

Sendo assim, essa lei concretiza as recentes ações do Estado em favor da Economia Solidária, dando a possibilidade de emancipação a um público que está majoritariamente na atividade informal e é alvo de políticas assistencialistas, além de criar um ambiente de diálogo permanente entre a sociedade civil organizada e o governo. Uma das formas por meio da qual a Economia Solidária se apresenta é através de Cooperativas. Em 2012, foi lançado um catálogo organizado pelo Governo do Estado da Bahia em parceria com a Junta Comercial do Estado (Juceb), o Sindicato e Organização das Cooperativas da Bahia (Oceb) e a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafe Bahia. Os dados apresentados nesta primeira edição estão registrados no banco de dados dessas três instituições.

Desde a sua instalação, em 2009, o Conselho Estadual de Cooperativismo da Bahia empenha-se na discussão e na proposição de políticas com vistas a garantir incentivos à consolidação e constituição de cooperativas no Estado. A ideia de elaborar o Catálogo das Cooperativas da Bahia surgiu com o propósito de contribuir para melhor articulação e intercâmbio entre as cooperativas existentes. Apresentar de forma organizada, quem são e onde atuam essas instituições é uma maneira de contribuir para o fortalecimento desse segmento tão importante para o desenvolvimento econômico e social baiano. Esta publicação também fez parte das ações programadas pelo Governo do Estado e Conselho, em comemoração ao Ano Internacional das Cooperativas, conforme declarado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2012.

Também a Junta Comercial da Bahia (Juceb), o Sindicato e Organização das Cooperativas da Bahia (OCEB) e a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafe) cederam informações dos seus respectivos bancos de dados, sem os quais seria impossível a elaboração desse artigo. Ainda que algumas cooperativas não tenham registrados seus dados completos, essa primeira edição do Catálogo foi o estímulo inicial para que essas instituições atualizem seu cadastro junto aos órgãos competentes. É com iniciativas que o Governo do Estado contribui para estreitar o diálogo e as relações entre as

cooperativas que atuam em diferentes ramos de atividade econômica na Bahia. Portanto, tomar conhecimento delas é um passo fundamental para a definição de políticas públicas voltadas a um segmento que tem tido participação garantida no Brasil e no mundo para minimizar a pobreza com geração de novas formas trabalho e de geração de renda.

#### **4. O Estudo de Caso da Associação Ilha do Vítor**

Este artigo apresenta um estudo de caso realizado durante o primeiro semestre de 2013 na Comunidade de Ilha do Vítor, localizada a 33 km de distância do município de São Desidério-BA, distrito ao qual pertence. A associação das artesãs do povoado de Ilha do Vítor foi constituída em 2005 e faz parte do Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável promovido pela Secretária de Turismo e Meio Ambiente, em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas).

Em estudos prévios, foi constatado que o povoado possuía um passatempo entre os moradores, que construía peças artesanais utilizando uma matéria-prima muito comum nos arredores do povoado de Ilha do Vítor que era a palha do “buriti”, fruto oriundo do cerrado. Utilizando essa palha, os moradores criavam peças como bolsas, chapéus, entre outros acessórios, utilizados para o serviço do campo, já que o povoado vivia basicamente da agricultura de subsistência.

Por esse motivo, a Secretária de Turismo e Meio Ambiente, de posse de outros projetos voltados para o Ecoturismo, buscou criar essa associação, além de incentivar por meio do extrativismo sustentável a inclusão dos integrantes associados no mercado de trabalho, proporcionando uma melhor qualidade de vida às pessoas e à comunidade local pela da geração de renda. Anos depois, foi feito outro estudo de viabilidade econômica para o povoado de Ilha do Vítor, onde foi descoberta outra matéria-prima nas veredas nos arredores da comunidade, que era o “capim dourado”, popularmente conhecido como “capim cabeçudo”.

Como o estado do Tocantins já possuía, nesse período, bastante experiência na produção e na comercialização de produtos feitos com o capim dourado que era conhecido e até exportado para outros países, esse exemplo foi um grande incentivador para que o projeto de criação da associação fosse colocado em prática, mantendo-se a esperança que poderia ser alcançado um grande resultado na comunidade da Ilha do Vítor. Depois de tudo acertado, foi iniciado um período de várias visitas e reuniões no povoado para averiguar o interesse da comunidade em

participar deste projeto promovido pela Secretária responsável. Após alguns encontros e a adesão de cerca de 40 pessoas, foi criada a Associação das Artesãs do Povoado de Ilha do Vítor.

Aos participantes associados foi concedida uma única semana de treinamento promovido pela consultora do SEBRAE, Maria da Penha, com larga experiência com o produto em questão. A intenção era capacitar os associados para as diversas etapas do processo de construção de um produto feito com o capim dourado. A população do povoado de Ilha do Vítor sabia da existência desta matéria-prima nos arredores, mas desconhecia sua viabilidade para a produção artesanal. Foi quando surgiu a ideia de transformar um antigo passatempo das pessoas em artesanato rentável para as famílias e para a população local como um todo. Desta forma, haveria um resgate cultural associado à geração de renda com a possibilidade de melhoria na qualidade de vida da comunidade em geral.

Nesse treinamento, os associados tiveram aulas sobre processos que vão desde a coleta da matéria-prima até sua chegada ao consumidor final, incluindo a capacitação voltada para o marketing, a formação de preço, a colheita e a estocagem da matéria-prima, a exposição do produto e, principalmente, iniciativas voltadas para o associativismo. Dentre todos os processos promovidos pelo curso de capacitação, com certeza o mais preponderante para a boa continuidade dos trabalhos é o período de colheita da matéria-prima, pois o capim dourado apresenta um espaço de sazonalidade muito grande, fazendo que esse período de colheita tivesse que ser bem efetivo para que as artesãs pudessem ter material para trabalho, tendo em vista um longo período até que se chegasse ao ano seguinte.

O período de colheita tem seu início entre os meses de setembro e novembro, podendo chegar até dezembro caso não haja excesso de chuva que possa impossibilitar sua colheita, já que sua localização se dá nas veredas e brejos que cercam o povoado, deixando o acesso difícil para as pessoas colherem. Segundo os associados, neste período de colheita o capim dourado é facilmente encontrado nos gerais por possuir um grande brilho correspondente ao seu nome. Durante esse período, ocorre um envolvimento das famílias das artesãs que ajudam na colheita, já que se trata de um trabalho árduo feito sob o sol e que exige muita força física e rapidez para que se possa colher o máximo possível para cada um dos associados, a fim de assegurar material para os meses subsequentes. Esse envolvimento familiar fortalece a busca solidária por matéria, por ser considerado um aspecto fundamental para a continuidade das atividades das associadas.

Apesar de toda a complexidade deste processo de colheita as artesãs afirmam que há muito divertimento entre o grupo envolvido e muitos gestos solidários entre os membros. Ainda, segundo elas, o capim dourado encontrado nas veredas e nos brejos da Ilha do Vítor é diferenciado por ser mais fino e flexível, além de ter um brilho mais vivo do que o capim encontrado e utilizado no estado do Tocantins, nas cidades de Dianópolis e no Parque Nacional do Jalapão, onde existe grande concentração dessa matéria-prima para o artesanato. Outra grande importância neste período de colheita está na atenção quanto à continuidade da matéria-prima para os anos seguintes e para isso os associados foram conscientizados a serem verdadeiros fiscais ambientais. Além da capacitação, o grupo ainda teve aulas com um técnico ambiental específico sobre orientações a respeito do manejo adequado do capim dourado. Na colheita, todos ficam atentos para que as sementes sejam fixadas nos lugares certos. Assim, fica evidenciado o motivo da importância desse período para as artesãs, uma vez que elas precisam correr contra o tempo, já que não depende somente delas o sucesso do trabalho, pois as variações climáticas acabam por influenciar diretamente a qualidade do capim dourado que, em contato com a chuva, perde seu brilho e prejudica a colheita.

Outra tarefa designada aos associados que merece destaque está na fiscalização das veredas e dos brejos sobre as possíveis incidências de fogo ou gado nesses locais, o que prejudica a continuidade do trabalho por reduzir cada vez mais a presença da matéria-prima para utilização ao longo do ano. De acordo com as artesãs, já é possível comprovar essa diminuição nos arredores do povoado. Por isso, torna-se necessário ir sempre além, na busca dessa matéria-prima. Nesses casos, os associados contam com o apoio da Secretária de Turismo e Meio Ambiente que envia um veículo para transportá-los a veredas mais adentro dos gerais, de onde retornam no final da jornada diária.

Atualmente, a associação das artesãs do povoado de Ilha do Vítor é composta por apenas dez pessoas que ainda atuam efetivamente, utilizando os padrões propostos pela criação da associação. Muitos desistiram por não enxergar pessoalmente uma grande visibilidade para o trabalho ali desenvolvido e para a proposta associativista adotada. Entre as artesãs que continuam atuando reina um ambiente bom, uma vez que elas ainda possuem grande empolgação em trabalhar em grupo, sentindo prazer naquilo que fazem e conseguem ver a importância desta ocupação na melhoria da qualidade de suas vidas, com o alcance de uma renda antes inimaginável. Elas afirmam que precisa ter jeito para produzir as peças, pois, não é algo tão fácil. Cada uma requer uma habilidade diferenciada, o que facilita a diversificação

do material a ser vendido. Na construção das peças maiores, existe entre os membros uma ajuda mútua onde cada um constrói uma pequena parte e, juntos, chegam ao formato do todo.

No decorrer dos últimos anos, as artesãs afirmam ter ganhado mais experiência para produzir e, assim, se arriscam a construir novos objetos com a utilização desse conhecimento aprimorado, encontrando formas inusitadas de produção de peças como jogos americanos, bolsas, chapéus, porta-jóias, brincos, pulseiras e tiaras, entre outros. No município de São Desidério, existe uma loja que trabalha diretamente com os produtos confeccionados pelas artesãs da Ilha do Vítor e, em algumas oportunidades, com o apoio da Secretária de Turismo e Meio Ambiente, elas apresentam seus trabalhos em feiras de artesanato e agricultura familiar, sempre contado com o apoio do SEBRAE.

As vendas feitas no povoado são esporádicas e há pessoas que compram em maior quantidade, embora as artesãs não saibam informar para onde os produtos estão sendo destinados. Elas afirmam que houve uma grande mudança no povoado depois da visibilidade criada pela associação. A prefeitura de São Desidério criou um espaço para que os produtos fossem expostos e comercializados, além de criar uma quadra poliesportiva e de asfaltar na comunidade. Alguns associados afirmam ter investido na construção de suas moradias, mobiliando suas casas e tendo maior qualidade de vida, fruto do trabalho gerado pela produção e pela venda de suas peças artesanais.

## **5. Conclusões**

Pode-se perceber que o conceito da Economia Solidária aparece em um contexto socioeconômico e político delineado por fortes tensões, pois uma boa parte dos países, como é o caso do Brasil, vem registrando o aumento na precarização das condições dos trabalhadores desde a década de 1990.

Nesse cenário, surgem movimentos que se intensificam, trazendo novas propostas sobre a organização do trabalho e dos modelos econômicos vigentes, o que faz da Economia Solidária uma alternativa viável de organização produtiva de trabalhadores, realizada de forma coletiva e democrática. Cabe ressaltar, ainda, que o objetivo dessa prática não se encontra limitado somente à dimensão econômica, já que procura estabelecer a inclusão de novas relações sociais, baseadas nos valores de solidariedade e de cooperativismo, que possam favorecer a participação do cidadão na sociedade de forma abrangente e comprometida com o desenvolvimento futuro.

Nesse contexto, é possível afirmar que este trabalho buscou identificar ações na cidade de Barreiras e região que utilizam o mecanismo inovador, libertador e agregador de valores, que é a Economia Solidária. No entanto, o estudo dos alcances dessa prática também consiste em algo de importância relevante pelo seu alto grau de abrangência, já que o estreitamento de laços proporcionado pela organização em grupos representa uma nova forma de vida econômica.

Portanto, esse modelo se apresenta como uma saída ao sistema capitalista, uma vez que indica uma perspectiva inédita para o desenvolvimento econômico, tomando como referencial os princípios de solidariedade e de cooperação. E, nesse sentido, exemplos dessa nova proposta de empreendimentos autogestionários são considerados responsáveis pela diminuição da pobreza, do desemprego e da melhoria da qualidade de vida das populações excluídas, tendo em vista o reconhecimento e o resgate da cidadania.

Este estudo também procurou fornecer, por meio de informações, a compreensão efetiva sobre as ações da Economia Solidária, contribuindo para a investigação e a renovação teórica neste campo de pesquisa, incluindo as articulações e as exigências de uma postura que contempla a interdisciplinaridade na missão de relacionar e de enfrentar problemas e desafios do século XXI.

Sendo assim, essa nova perspectiva procura soluções para resolver as disfunções existentes ao capitalismo, que afetam direta e negativamente a vida das pessoas. Ela não fica presa somente à visão econômica de geração de trabalho e renda, já que revela outras dimensões nas esferas sociais que englobam a política, a economia, a ecologia e as culturas regionais.

Nesse aspecto, o caso de Barreiras e região serve como referencial e ponto de partida para outras pesquisas e estudos mais aprofundados sobre a aplicação e a trajetória do desenvolvimento da Economia Solidária, o que também proporciona a construção de um ambiente social mais justo e sustentável, reafirmando o indivíduo como o agente protagonista da construção de sua própria história, cada vez mais atuante e participativo, de acordo com a nova configuração atual da economia na era global.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

- ARROYO, João Carlos Tupinambá & SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- BEIERSDORFF, M. B. et al. *Educação e trabalho através da Economia Solidária*. In: Anais do IV Encontro de Economia Solidária, São Paulo. EDUSP, 2006, pp. 14-15.
- CATTANI, Antônio D. (org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- DIEESE. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 109.
- GAIGER, Luiz I. *A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalista*. In: CAYAPA – Revista Venezuelana de Economia Social, n. 8, pp. 9-37, dezembro 2004, p. 26.
- GAIGER, Luiz I. (org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. *Economia Solidária*. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. pp. 162-168.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIBERAL, Márcia M. Costa De; SOUZA NETO, João Clemente. *A metamorfose do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Expressão e Arte, 2004.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTINS, Gilber de A. *Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa*, São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTTA, E. D. S. M. *A Outra Economia: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária*. (2004). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional / PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 64.
- PINTO, J. R. L. *Economia Solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 30.

- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 6° ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, B. D. S.; RODRÍGUEZ, C. *Introdução para ampliar o cânone da produção*. In: SANTOS, B. D. S. (Ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003, pp. 21-66.
- SENAES. *O que é Economia Solidária*. 11 jul 2009. Ministério do Trabalho e Emprego, 2009.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SINGER, Paul. *Economia Solidária vista a partir dos países do sul: Economia Solidária no Brasil*. In: Atas do Congresso internacional de Economia Solidária, Ponta Delgada. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, 2005, pp. 131-139.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. *Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOARES, Claudia Lúcia Bisaggio. *Moeda Social*. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. pp. 255-259.
- TITTONI, J. *Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a Economia Solidária*. In: VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, setembro 2004, Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 2004, pp. 9-10.
- VALENTIM, I. V. L. *Economia Popular e Solidária no Brasil: uma questão de confiança interpessoal*. In: XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Brasília. ANPAD, 2005.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.